

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - DEZEMBRO 2021

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



ÍNDICE

RELATÓRIO DA DIRETORIA	03
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020	03
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	03
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	03
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - (MÉTODO INDIRETO)	03
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	04
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	04
1. CONTEXTO OPERACIONAL	04
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	04
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	04
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	06
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS	06
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	06
7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	06
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	06
9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	07
10. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	07
11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	07
12. IMOBILIZADOS EM USO	08
13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS CLIENTES	08
14. PROVISÕES	09
15. OUTROS PASSIVOS	09
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	09
17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	09
18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	09
19. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	10
20. PARTES RELACIONADAS	10
21. LIMITES OPERACIONAIS (ACORDO DE BASILEIA)	10
22. RESULTADOS NÃO RECORRENTES	10
23. OUTRAS INFORMAÇÕES	10
DIRETORIA	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras de PEFISA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com o relatório dos Auditores Independentes.

São Paulo, 29 de março de 2022.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021		31/12/2020		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Disponibilidades	4	34.098	86.312			Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		1.001.194	1.010.573		
Instrumentos financeiros		<u>3.156.130</u>	<u>3.469.550</u>			financeiros passivos		<u>1.001.194</u>	<u>1.010.573</u>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	275.057	595.387			Instituições financeiras	13	983.712	993.499		
Títulos e valores mobiliários	6	362.067	176.192			Outros clientes	13	17.482	17.074		
Operações de créditos	8	2.258.557	2.448.206			Provisões		<u>460.824</u>	<u>451.471</u>		
Outros instrumentos financeiros	10	260.449	249.765			Contingências	14	460.824	451.471		
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		<u>(406.844)</u>	<u>(372.074)</u>			Outros passivos		<u>1.148.511</u>	<u>1.450.072</u>		
Créditos tributários	11	265.433	276.493			Patrimônio líquido		<u>585.732</u>	<u>638.782</u>		
Outros ativos		<u>10.940</u>	<u>7.084</u>			Capital social	16	298.000	298.000		
Investimento em participação em controlada		1.000	151			Reservas	16	287.732	340.782		
Imobilizado de uso	12	215.353	141.954			Total do passivo		<u>3.196.261</u>	<u>3.550.898</u>		
(-) Depreciações e amortizações		<u>(79.849)</u>	<u>(58.572)</u>								
Total do ativo		<u>3.196.261</u>	<u>3.550.898</u>								

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	Nota	2º semestre		
		2021	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		<u>433.398</u>	<u>793.605</u>	<u>858.771</u>
Operações de crédito	8	405.059	756.033	840.163
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4 e 5	28.339	37.572	18.608
Despesas da intermediação financeira		<u>(42.263)</u>	<u>(63.767)</u>	<u>(38.881)</u>
Operações de captação no mercado	13	(42.263)	(63.767)	(38.881)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>391.135</u>	<u>729.838</u>	<u>819.890</u>
Provisão para perdas		<u>7.778</u>	<u>(309.045)</u>	<u>(614.240)</u>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	7.778	(309.045)	(614.240)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(352.985)</u>	<u>(397.783)</u>	<u>(219.528)</u>
Receitas de prestação de serviços	17	149.506	292.177	263.702
Resultado de participação em controlada		(462)	(633)	85
Despesas de pessoal		(17.981)	(38.469)	(43.764)
Outras despesas administrativas	18	(198.388)	(264.508)	(303.527)
Despesas tributárias		(35.939)	(65.787)	(61.398)
Outras receitas / despesas operacionais	19	(249.721)	(320.563)	(74.626)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		<u>45.928</u>	<u>23.010</u>	<u>(13.878)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(33.098)</u>	<u>(11.060)</u>	<u>4.874</u>
Ajuste de exercícios anteriores		(573)	-	-
Provisão para imposto de renda		-	-	(19.956)
Provisão para contribuição social		-	-	(11.737)
Ativo fiscal diferido		(32.525)	(11.060)	36.567
Lucro líquido (prejuízo) do semestre / exercício		<u>12.830</u>	<u>11.950</u>	<u>(9.004)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - R\$		<u>0,04</u>	<u>0,04</u>	<u>(0,03)</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre		
		2021	2021	2020
Resultado líquido do semestre / exercício		<u>12.830</u>	<u>11.950</u>	<u>(9.004)</u>
Outros resultados abrangentes do semestre / exercício		-	-	-
Resultado abrangente do semestre / exercício		<u>12.830</u>	<u>11.950</u>	<u>(9.004)</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - (MÉTODO INDIRETO) SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre		
		2021	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do semestre / exercício		<u>(77.531)</u>	<u>89.832</u>	<u>(130.969)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		45.928	23.010	(12.277)
Depreciações / amortizações		10.319	21.277	18.997
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(143.067)	34.770	(147.092)
Provisões		9.289	10.775	9.403
Varição em ativos operacionais - (Aumento) / diminuição		<u>(55.707)</u>	<u>240.260</u>	<u>98.636</u>
Instrumentos financeiros		(37.518)	289.274	80.430
Outros ativos		(18.189)	(49.014)	18.206
Varição em passivos operacionais - Aumento / (diminuição)		<u>12.537</u>	<u>(318.509)</u>	<u>(149.394)</u>
Outros passivos		14.862	(296.671)	(130.685)
Impostos sobre o lucro		(2.325)	(21.838)	(18.709)
Caixa líquido aplicado e gerado pelas atividades operacionais		<u>(120.701)</u>	<u>11.583</u>	<u>(181.727)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(53.973)</u>	<u>(74.248)</u>	<u>(29.474)</u>
Aquisição de imobilizado de uso		(53.973)	(74.248)	(29.474)
Caixa líquido aplicado nas (gerados pelas) atividades de financiamento		<u>118.601</u>	<u>(24.379)</u>	<u>231.721</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		93.601	(9.379)	250.567
Dividendos pagos / provisionados		25.000	(15.000)	(18.846)
Aumento / (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		<u>(56.073)</u>	<u>(87.044)</u>	<u>20.520</u>
Modificações na posição financeira				
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre / exercício		133.231	164.202	143.682
No fim do semestre / exercício		<u>77.158</u>	<u>77.158</u>	<u>164.202</u>
Aumento / (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		<u>(56.073)</u>	<u>(87.044)</u>	<u>20.520</u>

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de lucros Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		298.000	59.600	290.186	-	647.786
Prejuízo		-	-	-	(9.004)	(9.004)
Absorção do prejuízo:						
Reservas estatutárias	16	-	-	(9.004)	9.004	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		298.000	59.600	281.182	-	638.782
Mutações no exercício		-	-	(9.004)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		298.000	59.600	281.182	-	638.782
Distribuição de dividendos	16	-	-	(62.012)	-	(62.012)
Lucro líquido		-	-	-	11.950	11.950
Destinação de lucros:						
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(2.988)	(2.988)
Reservas estatutárias	16	-	-	8.962	(8.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		298.000	59.600	228.132	-	585.732
Mutações do exercício		-	-	(53.050)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021		298.000	59.600	241.182	(880)	597.902
Distribuição de dividendos	16	-	-	(22.012)	-	(22.012)
Lucro líquido		-	-	-	12.830	12.830
Destinação de lucros:						
Dividendos mínimos obrigatórios	16	-	-	-	(2.988)	(2.988)
Reservas estatutárias	16	-	-	8.962	(8.962)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		298.000	59.600	228.132	-	585.732
Mutações do semestre		-	-	(13.050)	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financiadora”) tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financiadora é emissora e administra cartões de crédito e contas de pagamento, podendo ainda praticar as atividades a estas afins e os demais procedimentos necessários para a sua colocação no mercado, na forma da legislação em vigor, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e demais disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, dos dispositivos contábeis introduzidos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências, nos estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

(a) Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/2020, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, a Financiadora realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020, atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme artigo 23º da Resolução BCB nº 2/2020, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

As demonstrações contábeis foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 29 de março de 2022.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos prazos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financiadora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial, conforme a Circular nº 3.068 do Banco Central do Brasil, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria “Mantidos até o vencimento”.

Os títulos classificados para negociação são apresentados e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, sendo que as variações são reconhecidas no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Financiadora não possuía títulos classificados como disponíveis para venda ou títulos para negociação.

(e) Operações de crédito, outros instrumentos financeiros e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas, de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



As rendas das operações de crédito vencidas há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação pelo período de seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

O saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora é composto por Provisão Específica, calculada segundo requisitos mínimos da Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN e por Provisão Adicional, calculada através de Modelos Internos, cuja mensuração considera, entre outros, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir: Estágio 1 - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 2;

Estágio 2 - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do estágio 3;

Estágio 3 - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD "Probability of default" para 100%.

O detalhamento da composição e o saldo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Financiadora podem ser observados na Nota 9.

(f) Investimentos

O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

(g) Imobilizado

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. A Financiadora adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas, conforme descrito na Nota 3 (h). A Financiadora efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

(h) Intangível

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*;
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro. A contribuição social foi calculada pela alíquota de 15%.

(j) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional, que determinam que a Financiadora deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis, para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência;
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

É constituído crédito tributário de imposto de renda (25%) e contribuição social (15%), calculado sobre as diferenças temporais, representadas pelo montante das despesas apropriadas e ainda não dedutíveis, para fins do referido imposto e contribuição. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo dos ativos circulante e realizável a longo prazo.

A Lei nº 14.183 de 14 de julho de 2021 alterou a Lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso VII majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 20% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2022. A majoração afeta a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e afetou o estoque de crédito tributário que se realizou neste período.

(k) Captações em recursos de aceites cambiais

As captações em recursos de aceites cambiais são registradas pelo valor recebido, acrescidas pelos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal.

(l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões e contingências passivas - provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(m) Provisão para recuperação de ativos (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

(n) Outros ativos e outros passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

(o) Resultado recorrente / não recorrente

As políticas internas da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas, de acordo com o objeto social da Financiadora previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração da Financiadora considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes.

Atendendo à Resolução BCB nº 2/2020, os resultados não recorrentes estão apresentados na Nota 22.

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades		
Moeda nacional	33.254	85.512
Moeda estrangeira	844	800
	<u>34.098</u>	<u>86.312</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Vencimento até 30 dias	43.060	77.890
	<u>77.158</u>	<u>164.202</u>

As receitas decorrentes das aplicações interfinanceiras são apresentadas na demonstração de resultado como "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" (vide Nota 6).

5. Aplicações interfinanceiras

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em operações compromissadas		
Vencimento até 365 dias	231.997	517.497
	<u>231.997</u>	<u>517.497</u>

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e operações compromissadas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 25.096 (R\$ 13.693 em 31 de dezembro de 2020), com rendimento médio anual de 100,05% a.a. (100,12% a.a. em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI"). O resultado com aplicações interfinanceiras está registrado na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração de Resultado.

A composição das aplicações financeiras de liquidez registradas no Balanço Patrimonial está representada por aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4) e aplicações em operações compromissadas.

6. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "Mantidos até o vencimento". De acordo com a categoria estabelecida na regulamentação vigente, estavam assim compostas:

	Valor de curva em 31/12/2021	Valor de mercado em 31/12/2021	Valor de mercado em 31/12/2020
Títulos privados			
Carteira própria			
Títulos em renda fixa	160.709	160.658	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	201.449	201.409	176.192
	<u>362.158</u>	<u>362.067</u>	<u>176.192</u>
Circulante		362.067	133.375
Não Circulante		-	42.817

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 12.372 (R\$ 4.737 em 31 de dezembro de 2020). O resultado com títulos e valores mobiliários está registrado na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração de Resultado.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º semestre 2021	2021	2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (vide Notas 4 e 5)	18.603	25.096	13.693
Títulos públicos	9.703	12.372	4.737
Outros	33	104	178
Total	<u>28.339</u>	<u>37.572</u>	<u>18.608</u>

7. Instrumentos financeiros derivativos

A Financiadora pode se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para atender às suas necessidades próprias, de reduzir a exposição a riscos de mercado e de taxas de juros. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

8. Operações de crédito

As informações da carteira, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são assim sumarizadas:

(a) A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, por modalidade de operação, está assim representada:

	31/12/2021	31/12/2020
Direitos creditórios descontados	97.369	30.872
Capital de giro	13.256	-
Operações de crédito	803.227	1.032.279
Total de operações de crédito	913.852	1.063.151
Títulos e créditos a receber (*)	1.344.705	1.385.055
Total de títulos e créditos a receber	<u>1.344.705</u>	<u>1.385.055</u>
Total da carteira	<u>2.258.557</u>	<u>2.448.206</u>
Circulante	2.213.768	2.389.434
Não Circulante	44.789	58.772

(*) Operações com cartão de crédito *private label* e bandeirado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo de valores renegociados com clientes no valor R\$ 637.288 (R\$ 721.199 em 2020).

(b) O vencimento da carteira de operações de crédito apresenta o seguinte perfil:

Prazo	31/12/2021				31/12/2020			
	A vencer		Vencidos		A vencer		Vencidos	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 30 dias	649.844	35,99	66.946	14,79	902.424	45,27	55.886	12,29
De 31 a 60 dias	267.536	14,81	35.337	7,81	324.942	16,30	32.182	7,08
De 61 a 90 dias	247.908	13,73	45.308	10,01	221.868	11,13	92.034	20,24
De 91 a 180 dias	313.393	17,35	123.618	27,31	343.889	17,25	182.433	40,12
De 181 a 365 dias	282.439	15,64	181.439	40,08	141.610	7,10	92.166	20,27
Acima de 365 dias	44.789	2,48	-	-	58.772	2,95	-	-
	<u>1.805.909</u>	<u>100,00</u>	<u>452.648</u>	<u>100,00</u>	<u>1.993.505</u>	<u>100,00</u>	<u>454.701</u>	<u>100,00</u>

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



(c) Por característica de cliente:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoa jurídica	110.625	30.872
Pessoa física	<u>2.147.932</u>	<u>2.417.334</u>
	<u>2.258.557</u>	<u>2.448.206</u>

(d) Receitas de operações de crédito

	<u>2º semestre 2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Crédito pessoal	298.181	623.356	730.448
Direitos creditórios descontados	2.762	4.506	1.315
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 9)	<u>104.116</u>	<u>128.171</u>	<u>108.400</u>
	<u>405.059</u>	<u>756.033</u>	<u>840.163</u>

9. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>2º semestre 2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo inicial	549.911	372.074	519.166
Complemento / reversão	(7.778)	309.045	614.240
Baixas contra a provisão	<u>(135.289)</u>	<u>(274.275)</u>	<u>(761.332)</u>
Saldo final	<u>406.844</u>	<u>406.844</u>	<u>372.074</u>

Composição da carteira por nível de risco:

Nível	31/12/2021			Percentual de provisão	31/12/2020		
	A vencer	Vencidos	Total		Provisão contabilizada	Total	Provisão contabilizada
A	1.646.233	33.510	1.679.743	0,50	8.399	1.745.833	8.729
B	25.578	30.501	56.079	1,00	560	65.583	656
C	31.564	36.263	67.827	3,00	2.035	87.048	2.611
D	45.349	45.762	91.111	10,00	9.111	166.403	16.640
E	12.124	42.663	54.787	30,00	16.436	92.147	27.644
F	8.284	43.241	51.525	50,00	25.763	86.620	43.310
G	9.040	37.382	46.422	70,00	32.494	77.766	54.435
H	<u>27.737</u>	<u>183.326</u>	<u>211.063</u>	100,00	<u>211.063</u>	<u>126.806</u>	<u>126.806</u>
	<u>1.805.909</u>	<u>452.648</u>	<u>2.258.557</u>		<u>305.861</u>	<u>2.448.206</u>	<u>280.831</u>
Complementar (*)					<u>100.983</u>		<u>91.243</u>
					<u>406.844</u>		<u>372.074</u>

(*) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do CMN, com base no julgamento e experiência da Administração.

A Financiadora efetuou a baixa de operações de crédito contra prejuízo após 180 dias da classificação no nível "H".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão no montante de R\$ 128.171 (R\$ 108.400 em 2020).

O indicador Over 90 dos clientes da carteira do cartão bandeirado teve variação de 1 p.p., a maior em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se, principalmente, às ações de mitigação aos impactos da pandemia (Covid-19) realizadas em 2020. Em 31 de dezembro de 2021, o indicador foi de 11,97% (11,04% em 2020).

10. Outros instrumentos financeiros

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores a receber da Controladora (Nota 20)	69.115	60.012
Imposto de renda e contribuição social a compensar	89.871	100.068
Devedores diversos - País	76.842	56.690
Devedores por depósito em garantia	3.982	3.176
Outros	<u>20.639</u>	<u>29.819</u>
	<u>260.449</u>	<u>249.765</u>
Circulante	183.300	178.155
Não Circulante	<u>77.149</u>	<u>71.610</u>

11. Créditos tributários

A Financiadora adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 15% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do BACEN e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis.

(a) Natureza e origem dos créditos tributários

	31/12/2021			31/12/2020		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Provisão para perda associada a risco de crédito (Nota 9)	39.233	23.540	62.773	58.550	35.131	93.681
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	112.767	67.660	180.427	110.489	66.293	176.782
Prejuízo fiscal e base negativa	9.934	6.182	16.116	-	-	-
Outras	<u>3.823</u>	<u>2.294</u>	<u>6.117</u>	<u>3.768</u>	<u>2.262</u>	<u>6.030</u>
	<u>165.757</u>	<u>99.676</u>	<u>265.433</u>	<u>172.807</u>	<u>103.686</u>	<u>276.493</u>

Com base no atual nível de capitalização e operações da Financiadora e considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações; o atual cenário econômico; e as expectativas futuras de taxas de juros, a administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2021 tenham a sua realização futura da seguinte forma:

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



(b) Expectativa de realização

	2022	2023	2024	2025	2026	Realização 2027 a 2031	Total
Créditos tributários de imposto de renda							
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	39.233	-	-	-	-	-	39.233
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	-	-	-	-	-	112.767	112.767
Prejuízo fiscal	5.436	4.498	-	-	-	-	9.934
Outras	1.384	-	-	-	-	2.439	3.823
	<u>46.053</u>	<u>4.498</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>115.206</u>	<u>165.757</u>
Valor presente	<u>41.178</u>	<u>3.596</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58.870</u>	<u>103.643</u>
Créditos tributários de contribuição social							
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	23.540	-	-	-	-	-	23.540
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	-	-	-	-	-	67.660	67.660
Base negativa	3.383	2.799	-	-	-	-	6.182
Outras	831	-	-	-	-	1.463	2.294
	<u>27.754</u>	<u>2.799</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.123</u>	<u>99.676</u>
Valor presente	<u>24.816</u>	<u>2.238</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35.322</u>	<u>62.375</u>

Para fins de determinação do valor presente, da realização futura, estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 11,84% ao ano, referente ao custo médio de captação da Financiadora.

(c) Movimentação dos créditos tributários no período

No exercício findo em 31 de dezembro, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação, segregadas pelas bases para constituição:

	Saldo inicial	Adições	Realizações	Saldo final
Imposto de renda				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	58.550	9.785	(29.102)	39.233
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	110.489	2.278	-	112.767
Prejuízo fiscal	-	9.934	-	9.934
Outras	3.768	234	(179)	3.823
	<u>172.807</u>	<u>22.231</u>	<u>(29.281)</u>	<u>165.757</u>
Contribuição social				
Provisão para perda esperada associada a risco de crédito (Nota 9)	35.131	5.870	(17.461)	23.540
Provisão para contingência - PIS e COFINS (Nota 14)	66.293	1.367	-	67.660
Base negativa	-	6.182	-	6.182
Outras	2.262	139	(107)	2.294
	<u>103.686</u>	<u>13.558</u>	<u>(17.568)</u>	<u>99.676</u>
12/2021	<u>276.493</u>	<u>35.789</u>	<u>(46.849)</u>	<u>265.433</u>
12/2020	<u>239.926</u>	<u>96.142</u>	<u>(59.575)</u>	<u>276.493</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todos os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social haviam sido reconhecidos pela Financiadora.

(d) Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	23.010	(13.878)	23.010	(13.878)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social				
- 25% e 15% (Nota 3 (i)) - %	25	25	15	15
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(5.753)	3.469	(3.452)	2.082
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Adições permanentes	(1.298)	(571)	(558)	(106)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(7.050)</u>	<u>2.898</u>	<u>(4.010)</u>	<u>1.976</u>

12. Imobilizados em uso

(a) Imobilizados

Representados por instalações, móveis e equipamentos de uso e em curso, no montante de R\$ 99.153 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 37.018 em 31 de dezembro de 2020).

(b) Intangível

Representado por *softwares* em andamento no montante de R\$ 36.351 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 46.364 em 31 de dezembro de 2020).

13. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes

(a) Diversificação por produto

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos a prazo	731.414	523.233
Recursos de aceites cambiais	252.298	470.266
Contas de pagamentos	17.482	17.074
	<u>1.001.194</u>	<u>1.010.573</u>

(b) Diversificação por prazo

	31/12/2021	31/12/2020
Sem prazo	17.482	17.074
Vencimento até 365 dias	467.723	214.930
Vencimento acima de 365 dias	515.989	778.569
	<u>1.001.194</u>	<u>1.010.573</u>

Recursos de aceites cambiais referem-se às letras de câmbio emitidas pela Financiadora, pactuadas junto a terceiros. O resultado de recursos de aceites cambiais, em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 18.869 (R\$ 25.974 em 2020), 129,50% a.a. do CDI e com prazo médio de 1,4 ano (131,17% a.a. do CDI e prazo médio de 1,4 anos em 2020).

Operações de captações no mercado

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de aceites cambiais	18.869	25.974
DPGE	26.683	10.388
CDB	16.754	596
Outros	1.461	1.923
Total	<u>63.767</u>	<u>38.881</u>

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



14. Provisões

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Os critérios de reconhecimento e base de mensuração para determinação de contingências ativas e passivas levam em conta o estudo detalhado das ações judiciais e dos processos administrativos, e são baseados, também, na opinião profissional dos advogados patrocinadores dessas causas.

(a) Ativos contingentes - Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram reconhecidos ativos contingentes, tampouco existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) Provisão para riscos fiscais (obrigação legal) - É decorrente de mandado de segurança impetrado, com o objetivo de questionar a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requereu-se, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração do direito das impetrantes de compensarem os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e COFINS, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. A Financiadora está efetuando o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação à Lei nº 9.718/98.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante destacado como provisão para riscos fiscais é de R\$ 451.068 (R\$ 441.957 em 31 de dezembro de 2020).

As provisões são demonstradas como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	PIS	COFINS	Total	Total
Saldo inicial	61.779	380.178	441.957	
Atualizações	1.273	7.838	9.111	
Saldo final	<u>63.052</u>	<u>388.016</u>	<u>451.068</u>	
				31/12/2020
	PIS	COFINS	Total	
Saldo inicial	60.781	374.036	434.817	
Atualizações	998	6.142	7.140	
Saldo final	<u>61.779</u>	<u>380.178</u>	<u>441.957</u>	

(c) Provisão e passivos contingentes - A Financiadora constitui provisão relativa a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. As principais ações cíveis são relacionadas a relações de consumo. A provisão registrada nas demonstrações financeiras, no valor de R\$ 9.756 (R\$ 9.514 em 31 de dezembro de 2020), é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos montam R\$ 11.041 (R\$ 12.144 em 31 de dezembro de 2020).

15. Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias	25.000	-
Imposto de renda	-	19.907
Contribuição social	-	11.707
PIS e COFINS a recolher	4.820	4.446
Valores a pagar às sociedades ligadas (Nota 20)	203.665	451.934
Pagamentos a efetuar a estabelecimentos credenciados (cartão de crédito) (*)	820.634	911.836
Outras	94.392	50.242
	<u>1.148.511</u>	<u>1.450.072</u>

(*) Referem-se a débitos originários de aquisições de bens e serviços por usuários de cartão de crédito, pendentes de pagamentos aos estabelecimentos comerciais filiados.

16. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 298.000.000 (298.000.000 em 2020) ações ordinárias no valor de um real cada.

Aos acionistas está assegurado dividendo mínimo, correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício a ser aprovado por deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

A Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2021, realizou as seguintes deliberações:

- Distribuição de dividendos: R\$ 40.000, debitada da reserva de retenção de lucros, pagamento realizado em 31 de março de 2021;
- Transferência de prejuízo para reserva estatutária: R\$ 9.004 (2019 – lucro para reserva estatutária R\$ 56.541).

Em reunião da Diretoria, foi aprovada a distribuição de dividendos contra reservas estatutárias no montante de R\$ 25.000 os quais foram pagos no primeiro trimestre de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, foram apurados dividendos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.950	(9.004)
Dividendos - 25% base	2.988	-
Dividendos complementares	22.012	-
Dividendos totais	25.000	-

Reserva de lucros - Estatutária

Poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Financiadora, bem como para garantir futuras distribuições de dividendos.

Reserva de lucros - Legal

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

17. Receitas de prestação de serviços

	2º semestre 2021	2021	2020
Rendas de serviços prioritários - PF	6.630	11.162	12.855
Cartão de crédito diferenciado	87.399	168.963	156.855
Receita de outros serviços	55.477	112.052	93.992
	<u>149.506</u>	<u>292.177</u>	<u>263.702</u>

18. Outras despesas administrativas

	2º semestre 2021	2021	2020
Comunicação	2.984	7.143	9.192
Processamento de dados	26.361	52.242	53.110
Serviços técnicos	4.555	8.603	6.206
Serviços do sistema financeiro	7.747	17.201	28.035
Serviços de terceiros	17.599	28.373	21.687
Despesas compartilhadas (Nota 20 (a))	105.031	94.801	144.378
Depreciação e amortização	10.901	21.870	18.997
Indenizações judiciais / cíveis	8.442	14.936	12.624
Outras	14.768	19.339	9.298
	<u>198.388</u>	<u>264.508</u>	<u>303.527</u>

PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

(anteriormente Pernambucanas Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento)

C.N.P.J. 43.180.355/0001-12
Carta Patente 7637383/80



19. Outras receitas / despesas operacionais

	2º semestre 2021	2021	2020
Outras receitas operacionais	48.808	89.754	88.253
Receitas de intermediação (cartão de crédito)	40.666	79.526	78.948
Outras	8.142	10.228	9.305
Outras despesas operacionais	(298.529)	(410.317)	(162.879)
Descontos concedidos	(275.835)	(364.513)	(126.164)
Despesas com cartão de crédito	(11.416)	(22.728)	(24.014)
Correspondente bancário	(3.106)	(6.053)	(5.421)
Outras	(8.172)	(17.023)	(7.280)
	<u>(249.721)</u>	<u>(320.563)</u>	<u>(74.626)</u>

20. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, inclusive os respectivos efeitos em contas de resultado, efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são os seguintes:

	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas (Controladora)				
Valores a receber (i)	69.115	60.012	-	-
Contas a pagar (ii)	(201.502)	(407.874)	-	-
Contas a receber / pagar (iii)	(2.163)	(44.060)	(101.774)	(154.707)
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos (iv)	-	(77.570)	-	-
Dividendos a pagar (Nota 16)	(25.000)	-	-	-

(i) Referem-se, substancialmente, aos pagamentos de clientes financiados, efetuados na Controladora, que são repassados para a Financiadora no prazo médio de cinco dias.

(ii) Referem-se aos valores a repassar à Controladora, em um prazo médio de cinco dias a vinte e oito dias, relativos a financiamentos de clientes.

(iii) A Controladora e a Financiadora, em outubro de 2016, firmaram parceria na qual consiste em oferecer aos clientes, dentre outros, os seguintes produtos: cartão de crédito de circulação ampla (bandeirado) ou restrita (*private label*), operações de crédito pessoal, operações de crédito ao consumidor, distribuição de quaisquer outros produtos financeiros, previdenciários ou securitários, bem como quaisquer outros negócios, serviços ou produtos permitidos pela regulamentação do CMN, BACEN e da SUSEP. Todas as receitas e despesas são divididas entre as duas empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma. Esta divisão é feita mensalmente através da apresentação dos resultados do mês e a devida liquidação entre as duas empresas no mês subsequente. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado da parceria está distribuído em despesas de *profit sharing* de R\$ 68.826 (R\$ 124.119 em 2020), reembolsos de despesas administrativas de R\$ 25.975 (R\$ 20.259 em 2020) e remuneração por serviços de empregados da Controladora de R\$ 6.973 (R\$ 10.329 em 2020).

(iv) Referem-se a recursos de aceites cambiais, letras de câmbio emitidas pela Financiadora e saldo em conta de pagamentos, pactuadas junto à Controladora.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.442 (R\$ 3.241 em 2020), incluindo salários e encargos.

A Financiadora não concede outros benefícios aos administradores e aos empregados, tais como: assistência médica pós-emprego, plano de pensão na condição de benefício definido ou contribuição definida ou, ainda, remuneração baseada em ações.

21. Limites operacionais (acordo de Basileia)

A Financiadora está enquadrada nos limites mínimos de risco, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021 é de 16,16% (18,19% em 31 de dezembro de 2020).

	R\$ Mil	31/12/2021	31/12/2020
1. Patrimônio de referência		402.358	474.528
2. RWA			
- Risco de Crédito (RWAcpad)		2.252.531	2.368.590
- Risco de Mercado (RWAcam)		2.321	2.200
- Risco Operacional (RWAopad)		235.604	237.583
Total RWA		2.490.455	2.608.373
3. Capital mínimo requerido			
- Risco de Crédito		180.202	189.487
- Risco de Mercado		186	176
- Risco Operacional		18.848	19.007
Total capital mínimo requerido		199.236	208.670
4. Margem de capital mínimo requerido [1-3]		203.122	265.858
5. Capital adicional		49.809	32.605
6. Margem Pilar I [4-5]		153.313	233.253
7. Rban - Juros carteira não negociável		19.996	2.954
8. Margem Pilar II [6-7]		133.317	230.300
9. Índice de Basileia [1/2]		16,16%	18,19%

22. Resultados não recorrentes

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20 considera-se o resultado não recorrente, o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os principais resultados não recorrentes estão apresentados a seguir:

	2º semestre 2021	2021	2020
Ativo fiscal diferido			
Efeito de majoração da alíquota no crédito tributário da contribuição social	(12.866)	-	-

23. Outras Informações

Covid-19

A Financiadora monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturadas ações de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

A Financiadora mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

A Financiadora se resguarda o direito de revisar suas ações e projeções, fruto de alterações futuras que possam advir do tema em tela.

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO
Diretor-Presidente

MARCELLO MIRANDA
Diretor Vice-Presidente

WALTER HIRATA OUCHI
Diretor Vice-Presidente

MARCOS ANTONIO DE MELLO
Diretor / Controller

WELLINGTON ROBSON BALERA
Contador - CRC 1SP262530/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Financiadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Financiadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financiadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financiadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Financiadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financiadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financiadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022.

